

XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E ECONOMIA INTERNACIONAL

Desenvolvimentismo e outros modelos econômicos sob a perspectiva do Sul Global

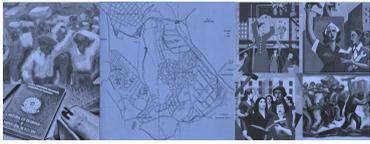
Developmentalism and other economic models from the perspective of the Global South

Wesley Lima dos Santos; Unifesp; wlsantos@unifesp.br
Micaelli Lobo dos Santos; Unifesp; micaelli.lobo@unifesp.br

RESUMO: O presente artigo visa apresentar as diferentes noções de desenvolvimento construídas em modelos econômicos tradicionais. A divisão pragmática para esse exercício foi a separação entre Sul e Norte Global, em linha similar com o que se costuma associar a ideia de países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Para isso, aglutinamos em linha histórica autores que abordam essas noções e os elementos considerados mais importantes para cada um desses modelos. Na perspectiva do Sul Global, os principais conceitos escolhidos para compor o referencial analítico foram: economia baseada em recursos naturais (doença holandesa e potencial enfraquecimento do setor industrial), economia informal e economia solidária. Além disso, de modo panorâmico, são incorporadas reflexões gerais de epistemologias nas ciências econômicas e a importância de elementos locais na construção e aprimoramento desses métodos.

Palavras-chave: Sul Global. Modelos econômicos. Economia solidária e informal.

ABSTRACT: This article aims to present the different notions of development built on traditional economic models. The pragmatic division for this exercise was the separation between Global South and North, in line with what is usually associated with the idea of developed countries and developing countries. For this, we bring together in a historical line authors who address these notions and the elements considered most important for each of these models. From the perspective of the Global South, the main concepts chosen to compose the analytical framework were: economy based on natural resources (Dutch disease and potential weakening of the industrial sector), informal economy and solidarity economy. In addition, in a panoramic way, general reflections of epistemologies in the economic sciences and the importance of local elements in the construction and improvement of these methods are incorporated.



Keywords: Global South. Economic models. Solidary and informal economy.

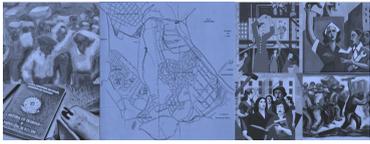
INTRODUÇÃO

Sob a perspectiva do Sul Global, o desenvolvimentismo e outros modelos econômicos têm sido discutidos e analisados de maneira crítica, levando em consideração as realidades e desafios específicos enfrentados por esses países. O Sul Global, muitas vezes composto por nações em desenvolvimento, têm buscado abordagens econômicas que possam impulsionar o crescimento e reduzir as desigualdades sociais.

Em vários campos do saber há um movimento de identificação de elementos culturais que compõem modelos teóricos universalizados. A problematização da ideia de universalização é cada vez mais comum nas ciências humanas e nas ciências humanas aplicadas, como é o caso das ciências econômicas. Para esse artigo, para além de uma noção genérica que leva em conta componentes locais no entendimento e estudos de caso, a intenção é distinguir na literatura o que se convencionou separar como Norte Global e Sul Global.

Essa divisão reflete desigualdades estruturais profundas em termos de desenvolvimento econômico, poder político, acesso a recursos e padrões de vida. Durante muito tempo, os modelos econômicos adotados pelo norte global foram considerados como padrões a serem seguidos pelo Sul Global, muitas vezes ignorando as realidades e necessidades específicas dessas regiões. O processo de assimilação do sul em relação ao norte, transborda questões econômicas, políticas e sociais para o campo epistemológico.

Os modelos econômicos tradicionais frequentemente enfatizam o crescimento econômico como o principal indicador de progresso e desenvolvimento, desconsiderando questões como desigualdade social, pobreza, sustentabilidade ambiental e diversidade cultural. Essa abordagem muitas vezes resulta em políticas econômicas que beneficiam principalmente os setores mais privilegiados da sociedade, perpetuando assim as desigualdades existentes. Muitas vezes, esses modelos se baseiam em pressupostos e experiências específicas dos países desenvolvidos, não levando em



consideração as particularidades culturais, históricas e socioeconômicas dos países em desenvolvimento.

O desenvolvimentismo é uma abordagem econômica que enfatiza a intervenção do Estado na economia para promover o desenvolvimento. Essa abordagem tem sido adotada por muitos países do Sul Global, que buscam superar os obstáculos estruturais e históricos que dificultam seu desenvolvimento socioeconômico. O desenvolvimentismo geralmente envolve políticas industriais, investimentos em infraestrutura, protecionismo comercial e um papel ativo do Estado na promoção do crescimento econômico. No entanto, críticos argumentam que o desenvolvimentismo pode levar a dependência excessiva do Estado, corrupção e ineficiências econômicas. Além disso, alguns modelos de desenvolvimentismo podem negligenciar questões sociais e ambientais importantes, levando a consequências negativas a longo prazo.

Sob a perspectiva do Sul Global, outros modelos econômicos também têm sido considerados. Por exemplo, o enfoque da economia solidária busca promover a participação ativa das comunidades locais e a construção de relações econômicas mais justas e igualitárias. A economia solidária valoriza a cooperação, a autogestão e a sustentabilidade ambiental, buscando superar as desigualdades e promover o bem-estar social.

Outra abordagem é a economia pós-desenvolvimentista, que questiona a noção de desenvolvimento como um processo unidimensional e propõe uma visão mais plural e diversa do progresso humano. Essa perspectiva enfatiza a importância de diferentes formas de conhecimento, diversidade cultural e sustentabilidade ecológica, buscando alternativas ao crescimento econômico contínuo e ilimitado.

Além disso, o Sul Global também tem explorado modelos econômicos baseados em recursos naturais, como a abordagem de desenvolvimento centrada na extração de recursos, que visa utilizar os recursos naturais disponíveis como fonte de crescimento econômico. No entanto, esse modelo também enfrenta críticas relacionadas à exploração predatória do meio ambiente, à dependência de commodities e à falta de diversificação econômica.

A partir desse contexto e dos dilemas que o cercam na literatura, tratamos a seguir de conceitos como: desenvolvimento econômico, em um panorama histórico de



como essa ideia foi construída (primeira seção) na perspectiva da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e no caráter multidimensional do desenvolvimento; conceitos de modelos do sul como economia solidária, desenvolvimento baseado em recursos naturais, economia informal e outros (segunda seção), além de buscar relações de proximidade e afastamento dentro desse debate.

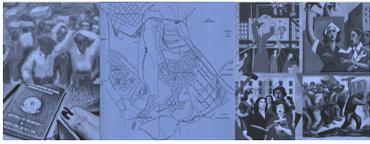
1. DIFERENTES PERSPECTIVAS DA NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

As discussões acerca do desenvolvimento se manifestaram no século XX quando se intensificaram as preocupações com as condições de vida das pessoas, altas taxas de analfabetismo, miséria e mortalidade infantil (SOUZA, 2012). Entre 1950 e 1960 discutir o desenvolvimento se tornou necessário pelas flutuações econômicas que enfatizaram as situações de concentração de renda e riqueza pelo aparecimento de poucos países industrializados, agravando a dissemelhança entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos causada pela industrialização (VEIGA, 2015).

A questão da industrialização e portanto, do desenvolvimento, implica na explanação de algumas teorias, sendo elas: teorias que explicam o subdesenvolvimento como a incapacidade dos países pobres em seguir a trajetória de crescimento dos mais ricos, teorias que relacionam o subdesenvolvimento à evolução do capitalismo, em nível global e local e teorias elaboradas pelos pensadores da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (BASTOS; SILVA, 2001).

Nesta seção, apresentam-se as teorias do desenvolvimento fundamentadas pela CEPAL. Segundo o pensamento cepalino, o desenvolvimento é entendido como um processo de mudanças estruturais. Nesta corrente estruturalista os principais autores representantes são Raúl Prebisch, Celso Furtado e Hans Singer, que defenderam mudanças estruturais econômicas, sociais, institucionais e políticas, envolvendo melhorias da renda média e produtividade da população (SOUZA, 2012).

A CEPAL se concentrou em discutir o subdesenvolvimento como objeto de estudo central, assim Furtado o entendia como uma situação de dependência das economias incorporadas nos fluxos do comércio internacional. Logo, em sua análise ele comparou os países com níveis distintos de rendas e verificou que o diferencial se encontrava na inclusão de tecnologia em cada um deles (PAULA, 2014).



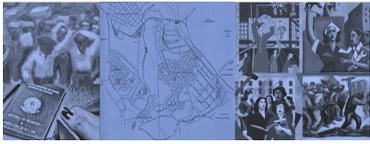
Enquanto Prebisch criticava as vantagens comparativas defendidas por David Ricardo, em que cada país deveria se especializar na produção de produtos com maiores vantagens comparativas de custos. Dessa forma, ao passo que países desenvolvidos produziam bens manufaturados com incorporação tecnológica, os países subdesenvolvidos produziam alimentos e matérias-primas para exportação. Com isso, o autor enfatizava que era preciso difundir o progresso técnico concebido pelos países centrais (desenvolvidos) nos produtos industriais importados pelos países subdesenvolvidos (periféricos) através da diminuição dos preços dessas mercadorias (SOUZA, 2012).

Posto isto, o principal fundamento da CEPAL foi identificar que o padrão do comércio internacional acirrava ainda mais as diferenças econômicas entre os países. Verifica-se portanto, um ciclo histórico, ou seja, a riqueza do Norte seria produto da pobreza do Sul, de forma que os países subdesenvolvidos exportam muitos produtos com baixo valor agregado e importam poucos produtos com alto valor agregado (BENATTI, 2010).

Prebisch também questionava as premissas até então vigentes do comércio internacional, em que a partir da divisão internacional do trabalho o mundo se dissociou em centro e periferia no que diz respeito à renda e produtividade (PREBISCH, 1949). Por sua vez, Furtado ressaltava o subdesenvolvimento como um fenômeno de um fator histórico resultante do processo de expansão do sistema capitalista (FURTADO, 2000).

Prebisch e Furtado reconheceram a vitalidade de um projeto de industrialização dirigido pelo Estado para regiões subdesenvolvidas (MEDEIROS; COSENTINO, 2020). Esse projeto foi efetivado em 1950 quando um novo modelo de desenvolvimento econômico atrelado ao setor industrial foi proposto, iniciando o Processo de Substituição de Importações (PSI) pautados nas fases: bens de consumo não duráveis, bens de consumos duráveis, bens intermediários e bens de capital (CORONEL, 2010).

A primeira fase do PSI buscou atender a demanda interna existente não afetada pela crise do setor exportador. As possibilidades de expansão da oferta interna, eram: maior utilização da capacidade produtiva, instalação de unidades industriais de bens que anteriormente eram importados e produção de bens e serviços independentes do setor externo (TAVARES, 1974).



A expansão do mercado interno aconteceu pela instalação de unidades produtivas de bens até então importados. A produção destas mercadorias substituiu parte do valor agregado que não era gerado pela economia doméstica e aumentou a demanda derivada das importações de matéria-prima e outros insumos.

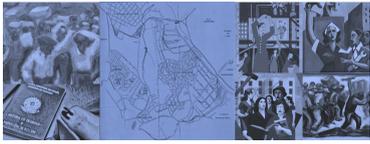
Para Tavares (1974) o sucesso do PSI dependia da adoção de um planejamento de toda política econômica adotada, de forma que as prioridades e escopo da política ficassem bem definidos em cada área da produção. Não obstante, o Estado possuía atribuições neste processo, como a alocação e captação de recursos, direcionamento do mercado, emprego de recursos para a formação de capital, composição do montante de investimentos e estabelecer as taxas e câmbios.

Apesar do êxito do PSI marcado pelas altas taxas de crescimento e mudanças na estrutura produtiva das regiões, uma crise em 1960 assinalou o esgotamento do projeto, visto que a industrialização trouxe crescente desemprego e o avanço da marginalização, logo o pensamento desenvolvimentista entrou em crise (MEDEIROS; COSENTINO, 2020).

Sendo assim, indicaram como primordiais as reformas estruturais para prosseguir o processo de desenvolvimento. Assim, Furtado constatava que a crise possuía propensão à estagnação no processo de industrialização dada a efetivação do setor de bens de consumo duráveis e de capital (FURTADO, 2000). Em contrapartida, Prebisch buscou estudar o desemprego estrutural (PREBISCH, 1949).

Uma outra observação feita por Prebisch foi a deterioração dos termos de troca contra os países subdesenvolvidos, no que tange às relações entre preços agrícolas e preços industriais. O autor explica isso pela teoria do ciclo, em que na fase ascendente, os preços e a renda se elevam, aumentando a demanda por matérias-primas e alimentos. Visto que os preços estão atraentes, os países periféricos aumentam a oferta desses produtos, entretanto, os produtos primários demoram a responder a elevação dos preços e quando essa ascendência chega ao final e os preços se reduzem, aqueles países subdesenvolvidos não conseguem reprimir imediatamente a sua oferta (*ibidem*).

Segundo Prebisch (1949) na fase descendente, ainda que haja uma menor demanda externa e preços comprimidos, a oferta agrícola é rígida por ter uma diminuição desproporcional. Todavia, a oferta de produtos industriais tem capacidade de

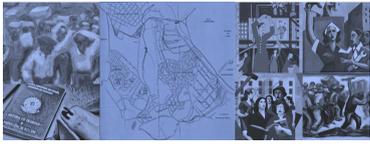


se ajustar automaticamente à demanda e aos preços, isto acontece principalmente pela austeridade dos salários que se reduzem, impelindo que a demanda por bens industriais seja diminuída. Portanto, na troca desigual os custos acabam sendo repassados aos países periféricos.

Multidimensão do desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento para Sachs (2008) e Santos *et al.*, (2012) recebe um caráter multidimensional. Trata-se de um termo multiparadigmático e construído a partir de três visões: “desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental” (SANTOS *et al.*, 2012, p. 45). Haja vista que a concepção de desenvolvimento implica no modo de agir e pensar do ser humano, Santos *et al.*, (*ibidem*) analisam-o a partir de quatro dimensões: econômica, política, social e ambiental. A primeira explora o termo por meio da economia política destacando os trabalhos de Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx como primordial para a solidificação do sistema capitalista. No âmbito político, os autores destacaram a relação do desenvolvimento com o mundo moderno, pautado em uma ideologia utópica do ocidente e ligado às redes institucionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

A dimensão social está atrelada ao pensamento da CEPAL que buscou explicar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, visto que há uma relação entre os termos. Além disso, esta esfera está vinculada ao Estado de Bem-Estar Social que se responsabilizou em ofertar serviços essenciais como alimentação, educação, saúde, moradia e previdência para promover o desenvolvimento social e humano, para isso, identificou-se a necessidade de novos indicadores de desempenho para mensurar o desenvolvimento (SANTOS *et al.*, 2012). Os organismos mundiais e regionais como ONU, CEPAL, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico



(OCDE), entre outros, empenharam-se na criação de tais indicadores para aferir a evolução do bem-estar cidadão (SANTAGADA, 1993).

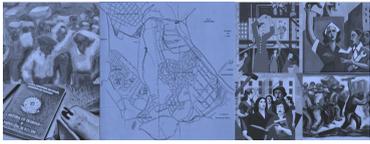
Quanto à dimensão ambiental, Santos *et al.*, (2012) apontam que esta questão foi modestamente iniciada com os postulados de Malthus que se preocupou com a contração da produção de alimentos visto que esta crescia em uma relação linear e o aumento populacional em relação geométrica. Segundo Brüseke (1994) a teoria malthusiana foi retomada no século XX com os propulsores do Clube de Roma, que também se preocupavam com os níveis elevados de desnutrição, desgaste dos recursos naturais não renováveis e a degradação do meio ambiente, além do crescimento populacional.

A crise do modelo desenvolvimentista nos anos 70 e 80 modificou o pensamento da natureza como um recurso produtivo do sistema econômico capitalista e o ser humano como superior à ela, colocando em debate uma visão conservadora da natureza e defendendo a tese do congelamento do crescimento populacional e do capital industrial (BRÜSEKE, 1994).

Em suma, a proposta do ecodesenvolvimento foi apoiada por diversos cientistas concernentes à área de meteorologia, climatologia, biologia, ecologia, oceanografia e organizações não-governamentais (ONG's) como a World Wildlife Fund (WWF), a Nature Conservancy (TNC), Conservation International (CI) que propuseram a tese do crescimento zero oposta ao modelo desenvolvimentista de acumulação de capital e crescimento constante (SANTOS *et al.*, 2012).

Porém, Santos *et al.*, (2012) afirmam que os países do Sul entendiam que as sociedades ocidentais queriam impedir os países periféricos de se desenvolverem e de tomarem decisões sobre seus próprios recursos, uma vez que os países desenvolvidos passaram anos com elevadas taxas de crescimento industrial e esgotamento de seus recursos naturais. Dessa maneira, um novo conceito foi sugerido com o intuito de conciliar ambos os interesses dos desenvolvimentistas (crescimento e acumulação como premissa básica do modelo) e dos ecodesenvolvimentistas (visão conservadora e prudência ecológica como princípio essencial).

É importante considerar que novas convicções acerca do desenvolvimento foram estabelecidas. E aqui destacam-se os princípios básicos de Ignacy Sachs que incorporou



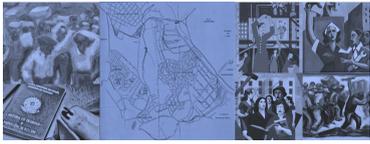
seis aspectos que pleiteiam o desenvolvimento: i) satisfação das necessidades básicas, ii) solidariedade com as gerações futuras, iii) participação da população envolvida, iv) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, v) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e outras culturas e vi) programas de educação (FRAGAS; CORRÊA, 2019).

Sachs buscou equilibrar os ganhos efetivos para os parâmetros sociais e ambientais, sem perder os econômicos. Para ele, a palavra desenvolvimento deveria ser melhor definida e compreendida de forma a levar em consideração todas as suas dimensões na mesma paridade de importância. Em seu livro “Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado”, o autor afirma que é necessário uma transformação da relação entre a sociedade e a natureza, cujo maior aproveitamento dos recursos deve estar atrelado às preocupações ambientais (SACHS, 2008).

Entendendo que o desenvolvimento é um conceito pluridimensional em que diversos adjetivos estão associados a ele, como: social, econômico, cultural, político, viável, humano, entre outros, Sachs (2008) propõe uma hierarquização dos mesmos, na qual o social assume o comando, o ecológico na restrição assumida e o econômico em seu papel instrumental.

Espera-se que o desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado seja capaz de maximizar a elasticidade de emprego do crescimento, reduzir a dependência de importações e respeitar a regra do crescimento não inflacionário (SACHS, 2008). Logo, a estratégia de desenvolvimento para o autor deveria ser ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente.

“O crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades” (SACHS, 2008, p. 14). Michal Kalecki e Dudley Seers foram os primeiros autores a assinalarem a necessidade de compreender o desenvolvimento não somente em termos de crescimento do PIB, mas em termos de emprego. Para isso, Sachs (2008) introduz a igualdade, equidade e solidariedade na conceitualização de desenvolvimento, de forma que o pensamento econômico sobre desenvolvimento se distingue do economicismo redutor.



O objetivo maior não deve se concentrar na maximização do crescimento do PIB, mas em promover a igualdade e maximizar a vantagem dos indivíduos que vivem em condições de vida precária. O desenvolvimento requer que a armadilha da competitividade espúria seja evitada por suscitar a depreciação dos recursos naturais e da força de trabalho. Portanto, a inclusão justa é um requisito fundamental para o desenvolvimento incluyente, oposto ao crescimento perverso (SACHS, 2008).

Sachs (2008) salienta que o crescimento perverso, também denominado como “desdesenvolvimento”, dos países periféricos e a deterioração do emprego nos países centrais, estão voltados às mudanças de cunho estruturais da economia mundial. Três deslocamentos pleiteiam esta realidade, são eles:

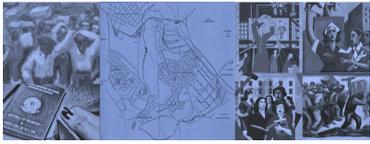
- 1.Deslocamento entre a economia financeira e a economia real (financeirização);
- 2.Deslocamento entre o crescimento do PIB e a demanda por *commodities*, basicamente como uma consequência do crescimento da parcela de serviços nos padrões de consumo;
- 3.Deslocamento entre o crescimento do PIB e o emprego, devido à substituição de empregos causada pelo progresso técnico (DRUCKER, 1986 apud SACHS, 2008, p. 43).

Finalizando as proposições de Sachs (2008) a respeito do desenvolvimento ideal, o autor sinaliza a necessidade de interromper a busca incessante do crescimento material e a primordialidade de inserir como objetivo final do desenvolvimento uma civilização do “ser” e não do “ter”, além de compreender o aspecto finito do planeta para que seja estabelecida uma limitação para a expansão da produção material.

2. ALGUNS MODELOS E REFLEXÕES DO SUL GLOBAL

Os modelos econômicos associados aos países em desenvolvimento, tendem a ser agrupados dentro da categoria “modelos do Sul Global”, entretanto nem sempre são produzidos por autores com origem nessas regiões. Ainda que a origem do pesquisador seja levada em consideração, cada vez mais se associa a ideia de Sul Global ao objeto e não necessariamente ao autor.

Orientado por essa pequena ressalva, as formas de desenvolvimento são lidas por lentes diferentes em cada referencial teórico. Por isso, uma possibilidade de divisão da literatura é com o cluster geográfico, como se buscou trazer nessa reflexão. Mas há



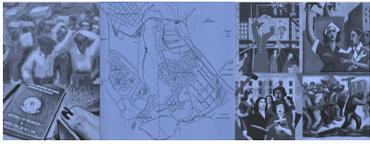
ainda as divisões mais comuns que têm relação com o referencial teórico mais profundo e outros elementos de distinção referente à forma ou pressupostos teóricos, mesmo em matrizes similares.

A relação hierárquica entre as economias de países desenvolvidos e em desenvolvimento, foi objeto de reflexão de Chang (2004) que problematizou os acontecimentos e escolhas que colocaram os países nas posições em que se encontram no cenário econômico atual. O autor afasta a noção de mérito dessa análise e explora as relações de dominação que estruturam a economia internacional no fim da década de 1990. Ao contrário do que intuitivamente se possa considerar, os chamados PAD's (sigla usada por Chang para classificar os "países atualmente desenvolvidos"), via de regra, não apresentaram modelos de "boas políticas" ou "boas instituições" à luz do que se entende por essas noções na literatura especializada.

Ao contrário, o título de sua obra "Chutando a Escada" alude justamente ao fato de que para países desenvolvidos se conservarem nessas posições "chutam a escada" pela qual subiram ao topo para impedir que os países em desenvolvimento percorram trajetórias similares. Em resumo, o principal achado de Chang (*ibidem*) habita em como mobiliza a ideia de establishment na chave de entender como há elementos que escapam da narrativa de gestão eficiente a que muitas vezes a literatura do Norte Global acaba por se apegar.

Em linha similar, Rodrik (2002, pp.279-284) questiona a idealização dos modelos liberais e neoliberais de baixa intervenção do Estado nas relações econômicas. A preocupação mais latente de Rodrik está nos resultados produzidos por esse modelo, entendido por ele como responsável pela intensificação de desigualdades, erosão das instituições democráticas e instabilidade econômica. O recorte mais relevante produzido pelo autor e que corrobora com a linha de Chang, é a de que países em desenvolvimento por vezes são capturados por armadilhas que só beneficiam países desenvolvidos.

O neoliberalismo é um exemplo dessa condição. Rodrik (*ibidem*) acaba por se dedicar muito mais à reflexão sobre um modelo que sucederia essa onda neoliberal, em um exercício de proposição. No entanto, o tópico que mais dialoga com a proposta de recorte das economias de países em desenvolvimento é a ênfase dada por ele aos



comparativos que envolvem a América Latina e a África subsaariana¹, com países que conservam relações comerciais² na Europa. Por esse método, é possível notar como a aplicação de políticas similares em países que ocupam posições diferentes na cadeia econômica global, resultam em resultados tão distintos.

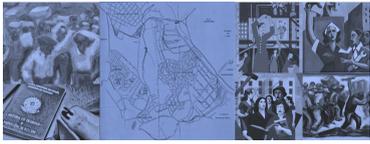
Entre estudos que saem do eixo Europa-Estados Unidos há linhas teóricas bastante distintas. Em termos de mapeamento, esse apanhado histórico permite marcar pelo menos duas grandes correntes: a primeira, que já tratamos, problematiza o papel das economias de países em desenvolvimento em um cenário internacional; uma segunda possibilidade é o recorte que enfatiza o caráter político e institucional envolvido nessas relações, não que a primeira corrente não o considere, mas no caso dessa segunda, o elemento institucional é central na composição teórica.

Por esse caminho, Acemoglu e Robinson (2012) argumentam que as instituições políticas e econômicas são fundamentais para determinar o sucesso ou fracasso de uma nação. Duas formas de instituições são identificadas: instituições inclusivas e instituições extrativistas. As instituições inclusivas são uma espécie de modelo ideal que permite a participação e o acesso igualitário aos recursos e oportunidades por parte da população. Elas garantem a proteção dos direitos de propriedade, promovem a concorrência, oferecem igualdade perante a lei e incentivam a inovação e a mobilidade social. Já as instituições extrativistas são aquelas que concentram o poder e os recursos nas mãos de uma elite dominante, excluindo a maioria da população do acesso a benefícios econômicos e políticos.

Os autores destacam que a colonização desempenhou um papel fundamental na formação dessas instituições. As colônias que desenvolveram instituições inclusivas, como os Estados Unidos, prosperaram, enquanto aquelas que adotaram instituições extrativistas, como muitos países africanos, sofreram com pobreza e instabilidade. Argumentam ainda que as instituições extrativistas são frequentemente mantidas por coalizões de elites que têm interesse em manter seu poder e controle sobre os recursos.

¹ O capitalismo em países periféricos também é um tema que remonta à década de 1970, especialmente pelas contribuições de Amin (1973) ao tratar das formações desiguais de países das periferias. A alta concentração de renda e de propriedades acaba por ser o ponto de partida do modelo capitalista em vários países desse grupo, característica que impacta na formação social, econômica e política desses territórios.

² Por relações comerciais, entenda-se o consumo de recursos naturais de países europeus em relação a economias baseadas em *commodities*.



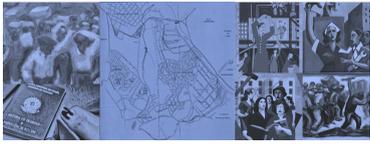
Essas coalizões se beneficiam da exploração e do domínio econômico, e resistem a mudanças institucionais que ameacem seus privilégios. Muitas vezes em países em desenvolvimento, essas coalizões operam a serviço de interesses internacionais dominantes e rompem com a base nacional.

Essas reflexões panorâmicas ganham exemplos práticos de aplicação em dezenas de modelos de microeconomia ou macroeconomia. A seguir, apresentamos em três subseções conceitos frequentemente tratados nas literaturas sobre países em desenvolvimento, sendo eles: economia baseada em recursos naturais e a interface de impacto direto no setor industrial; economia informal (com a noção de subemprego) e economia solidária. Tratados com exemplos locais e da origem internacional de algumas dessas noções.

Economia baseada em recursos naturais e perda de espaço do setor industrial

A crise internacional da década de 1970, marcada pelo choque de oferta do petróleo (principal recurso utilizado na produção industrial), ocasionou uma queda no nível de investimento dos países centrais. Já os países em processo de industrialização, os mais periféricos, tiveram seu desenvolvimento comprometido, devido a crise de endividamento externo que sofreram. Nos anos de 1980, o Estado deixou de intervir enfaticamente na Economia, fazendo com que as forças de mercado ganhassem atenção, o que propiciou o desenvolvimento do sistema capitalista por meio da desregulamentação de mercado, abertura comercial no nível global, permitindo assim a mobilidade do capital em busca de oportunidades de investimento com maiores taxas de retorno, em virtude de custos menores de produção. O que marcou esse período de reestruturação produtiva com rumo à uma economia financeirizada foi a desregulamentação das leis trabalhistas, fragilização sindical, perda da negociação capital-trabalho que conseqüentemente levou à uma redução salarial, guerra fiscal, entre outros (SILVA & NAGEM, 2012).

A adoção de um novo padrão tecnológico provocou alteração nas economias avançadas, pois foram estes os únicos que conseguiram absorver esse paradigma. Portanto, as ocupações superiores cresceram nos países centrais, na qual passaram a exigir trabalhadores com uma maior qualificação profissional. No caso dos países



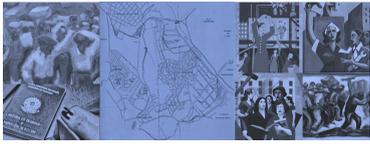
periféricos, como o Brasil por exemplo, que não foram capazes de absorver completamente esse novo paradigma, as ocupações profissionais não exigiram qualificação, pois a forma que os mesmos se posicionaram diante da divisão internacional do trabalho e a forma como participam dos fluxos comerciais e se inserem nas cadeias globais de valor (CGV), caracterizam essas ocupações inferiores, sem necessidade de especialização (POCHMANN, 2012).

A mudança na estrutura da ocupação também ocasionou uma perda relativa nas ocupações industriais, fazendo com que o setor de serviços crescesse muito mais do que a indústria³. Contudo, os serviços são heterogêneos e diferem entre os países de primeiro e segundo mundo. Nos países centrais, eles foram desenvolvidos com alta qualificação pois estavam atrelados à indústria. Já nos países periféricos, o setor de serviços propiciou ocupações inferiores e precárias (*Ibidem*).

Entrelaça-se com esse processo o caso das economias baseadas em recursos naturais e os potenciais efeitos de modelos econômicos que se concentram na exploração do capital natural interno. Em uma análise mais atenta às origens conceituais e históricas desse fenômeno no Brasil, na literatura é comum encontrar o termo *dutch disease*, ou doença holandesa (SANTOS, 2021). De acordo com Azevedo e Strack (2012, p.69), o termo foi cunhado pela revista *The Economist*, em 1977. O termo vem da descoberta de petróleo no Mar do Norte, em regiões que foram exploradas fundamentalmente por Holanda e Noruega.

Em linhas gerais, a existência dessa riqueza natural fez com que a Holanda hipervalorizasse a exploração desse recurso, em detrimento do desenvolvimento de seu setor industrial e tecnológico como um todo. Na contramão, no caso Norueguês, a exploração do petróleo não impediu um movimento de fomento às políticas públicas de fortalecimento da indústria local e as *commodities* serviram como impulso no fortalecimento desse setor. Em razão disso, os recursos serviram muito mais como meio e alternativa, do que como fim em si próprios. A longo prazo, essas escolhas político-econômicas culminaram em um nível de competitividade internacional bastante

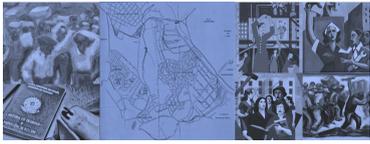
³ Condição empiricamente constatada pela comparativo entre municípios industrializados do estado de São Paulo produzido por Santos (2021) através da metodologia de análise regional do Quociente Locacional (QL) e da Análise Diferencial Estrutural (ADE), no período entre 2010 e 2019. Para saber mais sobre o método, consulte Vazquez e Sá Porto (2015).



diferente entre esses dois países. Enquanto a Holanda manteve seu foco em um ritmo de produção local, a Noruega buscou fortalecer sua indústria como uma potência de exportação (SANTOS, 2021).

Em termos técnicos, a doença holandesa pode ser pensada como a valorização da taxa de câmbio, causada pela entrada do mercado internacional com a intenção de comercializar a riqueza natural abundante (PEREIRA, 2008). Ao pensar o contexto brasileiro, o estudo de Azevedo e Strack usa a descoberta de grandes reservas de petróleo no pré-sal brasileiro como estudo de caso para pensar os riscos desse fenômeno. O principal sintoma percebido pelos autores é o processo de minorar a geração de PIB pelo setor industrial, voltando os olhos para a exportação de matérias primas (no caso clássico supracitado) e no mundo moderno, pelo avanço do setor de serviços (sintoma mais destacado na literatura para identificar esse processo).

Outro modo como a doença holandesa aparece na literatura é pelo termo *resource curse*, a chamada maldição dos recursos naturais. João Pamplona e Maria Cacciamali (2018) atualizam o termo para os cenários econômicos do século XXI e retomam a linha diagnóstica de perceber os efeitos da abundância de recursos naturais para o comportamento econômico de uma nação. Diversos são os países que têm sua economia afetada pela alta dependência de recursos naturais, se pensarmos em termos mais atuais, países do continente africano e países latinos atravessam um forte processo de desindustrialização.



Economia informal

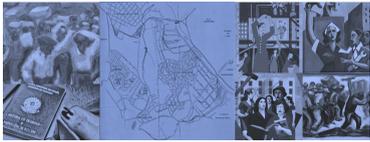
A redução do nível de empregos tende a gerar uma massa de desempregados que paralelamente ao fenômeno da precarização do trabalho resultam na diminuição da renda e dos direitos trabalhistas. Assim, diversos grupos sociais passaram a enfrentar essa realidade de exclusão social, esse fenômeno é parte do processo de informalização do mercado de trabalho, que possui características específicas em cada uma das últimas décadas, com o último cenário envolvendo a inserção dos trabalhos em plataformas (ULYSSEA, 2006; FURTADO, 2018; NOGUEIRA; CARVALHO, 2021).

A explicação das desigualdades socioeconômicas mundiais, principalmente voltada à dimensão do desemprego aberto em escala mundial, se dá a partir da globalização das economias atreladas à expansão do comércio internacional, ampliação da liquidez internacional caracterizada pelos investimentos diretos estrangeiros e aos fluxos financeiros transnacionais e ao novo padrão tecnológico-produtivo.

Na prática, cada país possui uma determinada população economicamente ativa (PEA), que é composta por aqueles em condições e idade de participar das atividades de produção social. O segmento da população ativa que supera as exigências do processo de acumulação de capital corresponde a um conjunto de mão de obra excedente em cada país. Uma parte deste excedente é denominada como desemprego aberto e as partes menos visíveis são aquelas voltadas às formas primitivas de produção, por isso é fundamental destacar as diferenças entre o desemprego aberto e o subemprego.

O desemprego aberto se caracteriza então por trabalhadores que procuram ativamente uma ocupação, desde que esteja em condições físicas e mentais de exercê-la, sem desenvolver alguma atividade laboral. Por sua vez, o subemprego seria aqueles trabalhos sem vínculos empregatícios, também conhecidos como “bicos” ou desemprego oculto devido ao trabalho precário, com submissão de contratos parciais e atípicos (RODRIGUEZ, 1985). Esse processo de informalização é um tema clássico na literatura de países em desenvolvimento.

Em termos associativos, o enfraquecimento de setores como a indústria, é um dos principais elementos que levam a diminuição de renda *per capita* e a diminuição de postos de trabalhos formais, considerando seu impacto direto e em atividades indiretamente envolvidas na produção industrial. Por outro lado, essa perda de espaço



foi rapidamente preenchida por opções de trabalho sem vínculo empregatício e de plataformas, instalando novos paradigmas de pesquisa e de exploração da perspectiva da força de trabalho.

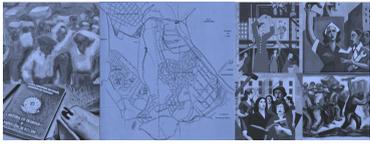
Ainda explorando a noção de informalidade, muitas vezes modelos neoliberais subvertem essa condição ao utilizar ao atribuir a esses indivíduos a ideia de empreendedorismo. No geral essa distorção do conceito acontece quando indivíduos enfrentam dificuldades para encontrar emprego formal, seja devido à falta de vagas, à falta de qualificações específicas ou a outras barreiras estruturais e acabam sendo obrigados a trabalhar por conta própria, ou seja, não se trata de uma escolha, mas de uma alternativa para geração de renda, ainda que sem direitos básicos (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

A economia informal convive cada vez mais com desafios regulatórios, seja pelos “bicos” em ramos diversos, seja por conta dos trabalhos de plataformas. A falta de regulamentação pode levar a práticas de trabalho injustas, exploração, evasão fiscal e concorrência desleal. Sendo assim, o aumento do volume de trabalhadores e transações por vias informais é um sintoma de enfraquecimento econômico.

Economia solidária

Nestes cenários desfavoráveis, os problemas começaram a ser discutidos em busca de um desenvolvimento próspero da economia, com novas alternativas para a geração de renda e o combate ao desemprego. Desse modo, Singer (2002) apresenta o trabalho associativo e autogestionário como aquele em que ganhou maior importância por ser alternativo e entendido como uma resposta aos problemas estruturais do sistema capitalista. A economia solidária assume, portanto, uma alternativa de organização associativa do trabalho em busca da inclusão social, não apenas no Brasil, como também na América Latina e Europa (SILVA; NAGEM 2012).

Corroborando, Coelho (2016) enfatiza que a economia solidária não é um fenômeno exógeno do sistema capitalista e sim uma alternativa de desenvolvimento econômico pautada em valores humanísticos, em busca de autonomia dos grupos que a praticam em práticas sociais e ambientais. Além disso, tem suas ações cooperadas e associativas fundamentadas na autogestão, atuação e inserção no mercado por meio de redes e processos produtivos horizontais.

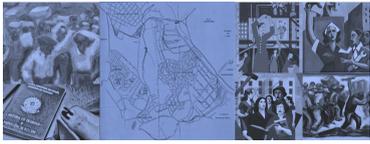


Para Gaviraghi (2009) os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) se caracterizam como uma forma de gerar renda sob as premissas da autogestão e solidariedade, englobando os indivíduos excluídos do mercado de trabalho formal, que não conseguem obter renda para a sua subsistência e de sua família.

“Esses grupos, que na maioria das vezes, são formados por pessoas em situação de vulnerabilidade social, se apresentam de várias formas como associações, cooperativas, grupos informais, mas sempre girando em torno da idéia de solidariedade, se contrapondo ao individualismo competitivo que é uma das principais características do comportamento econômico nas sociedades capitalistas” (GAVIRAGHI, 2009, p. 1456).

Segundo Singer (2002, p. 13) os princípios dos EES são: “posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores; destinação do excedente anual por critérios acertados entre todos os cooperadores”. De acordo com guia de orientações e procedimentos do Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES), empreendimentos de economia solidária podem ser definidos como, organizações coletivas (cooperativas, associações, grupos, clubes de troca, redes, empresas autogestionárias), que dispõem ou não de registro legal e fundamentam-se nos princípios da cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica (BRASIL, 2009). Em termos práticos, esse tipo de conhecimento está concentrado em experiências de microeconomia, acaba por aparecer com certa frequência na literatura a partir dos anos 2000, quase sempre como alternativa colaborativa de experiências comunitárias.

Ainda segundo Singer (2002), a economia solidária inclui-se nas ações de políticas públicas do governo federal a partir de 2003. Com o objetivo de constituir enquanto legislação as iniciativas locais, foi implantado a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que vinculada ao Ministério do Trabalho, implantou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. A importância dos empreendimentos econômicos solidários não se concentra apenas nos benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas. A viabilidade socioeconômica dos EES segundo Kraychete (2016) estão atrelados à três dimensões: sócio-organizativa, socioeconômica e sociopolítica. Em outras palavras, os fatores

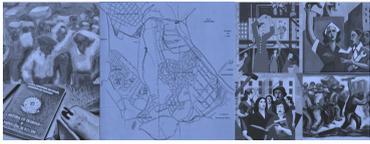


**XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas**
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**

econômicos, sociais, políticos e de gestão que são fundamentais para a sustentabilidade desses empreendimentos.



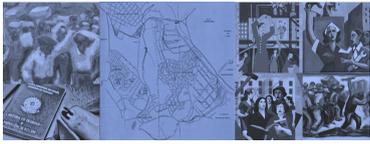
Considerações Finais

Em resumo, a análise do desenvolvimento no Norte e no Sul global revela disparidades significativas entre as regiões e os desafios distintos que cada uma enfrenta. No Norte global, o desenvolvimento muitas vezes se baseia em economias altamente industrializadas e tecnologicamente avançadas, com um foco em inovação e competitividade internacional. No Sul global, por outro lado, há uma presença mais pronunciada de economias em desenvolvimento, que enfrentam obstáculos estruturais, falta de acesso a recursos e desigualdades socioeconômicas.

Nesse contexto, os conceitos de economia solidária, economia baseada em recursos naturais e economia informal são relevantes para examinar diferentes abordagens e alternativas de desenvolvimento em variadas escalas. A economia solidária destaca a importância da cooperação, participação democrática e solidariedade entre os atores econômicos, buscando a construção de uma economia mais justa e inclusiva. Essa abordagem pode ser particularmente relevante para superar desafios de desigualdade e exclusão social, promovendo a organização comunitária, a propriedade coletiva e a distribuição equitativa de recursos.

Por sua vez, a economia baseada em recursos naturais reconhece a importância dos recursos naturais como impulsionadores do desenvolvimento econômico, especialmente em países com abundância de recursos naturais. Essa abordagem enfatiza a necessidade de uma gestão sustentável dos recursos, a fim de evitar a chamada *resource curse* e garantir benefícios socioeconômicos duradouros para as comunidades locais. O termo “impulsionador” é fundamental para interpretar esse potencial, uma vez que como a literatura aponta, a abundância de recursos não pode ter fim em si mesma, isto é, não pode mover a economia local a se concentrar apenas nesse tipo de comercialização de baixo valor agregado.

Por fim, a economia informal engloba atividades econômicas que ocorrem fora do âmbito formal e muitas vezes sem proteção legal ou acesso a benefícios sociais. Embora a economia informal possa ser uma resposta ao subemprego e à falta de oportunidades formais, ela também apresenta desafios em termos de baixa produtividade, exploração dos trabalhadores e falta de proteções sociais.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Em linhas gerais, o exercício didático de reflexão sobre a ideia de desenvolvimento e a separação de elementos prioritários considerados no Sul e no Norte Global, ajudam a entender como as especificidades locais interferem estruturalmente no modo como pensamos arranjos econômicos. Além disso, abre portas para diálogos mais atuais em campos como ciência política, relações internacionais e sociologia do trabalho, para pensar como essas especificidades se manifestam pelo mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Por que as nações fracassam: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza*; tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012. 401 pp.

AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais no capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

BASTOS, Vânia Lomônaco; SILVA, Maria Luiza Falcão. *Para Entender as Economias do Terceiro Mundo*. 2. ed. Editora UNB, 2001.

BENATTI, Adriana Souza. *Processo de substituição de importações: uma estratégia de desenvolvimento para a América Latina e experiências comparadas - Brasil e México (1929-1980)*. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-18122012-102312/publico/2010_AdrianaSouzaBenatti.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Sistemas Orgânicos de Produção*. 2009. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/o-que-sao-organicos>. Acesso em: 06 maio de 2019.

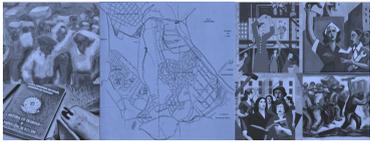
CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004, 266 p.

COELHO, Júlia. *Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS*. 2016. Disponível em: http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2016/03/artigo_econ_solidaria_e_desenv_sustentavel_julia_coelho.pdf. Acesso em: 02 maio 2019.

CORONEL, Daniel Arruda. *O processo de substituição de importações*. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 357-358, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572010000200011>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200011. Acesso em: 15 maio. 2023.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 1-490. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1616/S33098N962Av1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 maio. 2023.

FURTADO, Adolfo C. A. R. *Mercado de trabalho, informalidade e desemprego*. Nota Técnica (NT) - Agosto de 2018, Câmara dos Deputados, 2018.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

GAVIRAGHI, Fabio Jardel. *Empreendimentos de Economia Solidária: Limites e possibilidades*. 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MO STRA_PDF/Servico_Social/71965-FABIO_JARDEL_GAVIRAGHI.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.

KRAYCHETE, Gabriel. *Categorias de análises do mundo do trabalho e dinâmica da economia dos setores populares: aderências e disjunções*. Caderno do Ceas, Bahia, v. 239, n. 1, p.892-910, maio de 2016. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/293/240>>. Acesso em: 03 maio 2019.

MEDEIROS, Fágner João Maia; COSENTINO, Daniel do Val. *Celso Furtado e Raúl Prebisch frente à crise do desenvolvimentismo da década de 1960*. Revista de Economia, Curitiba, v. 41, n. 74, p. 150-179, fev. 2020. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/69530/40246>. Acesso em: 21 maio. 2023.

NOGUEIRA, Mauro Oddo; CARVALHO, Sandro Sacchet de. *Trabalho precário e informalidade: desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos*. Texto para discussão, Rio de Janeiro, p. 1-74, 10 dez. 2021. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/td2707>. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10948/1/td_2707.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro de.; MOITA, Dimitre Sampaio., & AQUINO, Cassio Adriano Braz de. (2016). *O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral*. Psicologia Política, 16(36), 207-226.

PAULA, Josiane Souza de. *Celso Furtado e as grandes questões do subdesenvolvimento brasileiro*. X Encontro de Economia Baiana, Salvador, v. 10, n. 2, p. 630-648, set. 2014. Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento. Disponível em: http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2014/pl/celso_furtado.pdf. Acesso em: 22 maio. 2023.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2012. 156 p.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. Revista Brasileira de Economia, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 47-111, jul. 1949. Repositório FGV de Periódicos e Revistas. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767>. Acesso em: 19 maio. 2023.

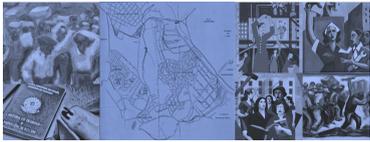
RODRÍGUEZ, O. (1985). *Agricultura, subempleo y distribución del ingreso: Notas del caso brasileño*. Economía de América Latina, 13, 63-77.

RODRIK, Dani. *Depois do neoliberalismo, o quê?*. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). Desenvolvimento em debate. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, 2002. v. 1, p. 277-298.

SANTOS, Wesley Lima dos. *Desindustrialização na cidade de Guarulhos*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2021.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEM, Fernanda Abreu. *Dimensões Estruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária: Uma Análise para os Estados da Bahia e Paraná*. Revista Econômica do Nordeste, 2012, v. 43, n. 2, p.309-326, jun. 2012. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/218/196>>. Acesso em: 01 maio 2023.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. SPC. Consumo Consciente, 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp.../Analise-Consumo-Consciente-1.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

STRACK, Diego; AZEVEDO, André Filipe Zago. *A doença holandesa no Brasil: Sintomas e efeitos*. Revista Economia e Desenvolvimento, vol. 24, n. 2, 2012.

TAVARES, Maria C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

ULYSSEA, Gabriel. *Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura*. Revista de Economia Política, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 596-618, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/m4LDxr4dJt6hTJd5589wPBz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 maio 2023.

VAZQUEZ, D. A.; SÁ PORTO, P.C. *A RMBS na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho*. In BRANDÃO, M.V.M.; MORELL, M.G.G.; SANTOS, A.R. (orgs.), Baixada Santista: Transformações na Ordem Urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital - Observatório das Metrôpoles, 2015.

VEIGA, José Eli da. *Para entender o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora 34, 2015. 232 p.